

## Legislação

### Diploma - Lei n.º 31/2023, de 04/07

Estado: vigente

Resumo: Cessação de vigência de leis publicadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Publicação: Diário da República n.º 128/2023, Série I de 2023-07-04, páginas 14 - 17

Legislação associada: -

Histórico de alterações: -

Nota: Não dispensa a consulta do [diploma original](#) publicado no Diário da República Eletrónico.

---

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Lei n.º 31/2023, de 4 de julho

Cessação de vigência de leis publicadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Objeto

A presente lei determina, de forma expressa, a cessação de vigência de leis publicadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19, em razão de caducidade, de revogação tácita anterior ou de revogação pela presente lei.

#### Artigo 2.º

##### Norma revogatória

Nos termos do artigo anterior, consideram-se revogadas as seguintes leis:

- a) [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, com exceção do artigo 5.º;
- b) [Lei n.º 4-A/2020](#), de 6 de abril, que procede à primeira alteração à [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, e à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19;
- c) [Lei n.º 4-B/2020](#), de 6 de abril, que estabelece um regime excecional de cumprimento das medidas previstas nos Programas de Ajustamento Municipal e de endividamento das autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e procede à segunda alteração à [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março;

- d) [Lei n.º 4-C/2020](#), de 6 de abril, que estabelece um regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19;
- e) [Lei n.º 5/2020](#), de 10 de abril, que procede à quarta alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19;
- f) [Lei n.º 6/2020](#), de 10 de abril, que estabelece um regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19;
- g) [Lei n.º 7/2020](#), de 10 de abril, que estabelece regimes excecionais e temporários de resposta à epidemia SARS-CoV-2, e procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 10-I/2020](#), de 26 de março, e à quarta alteração à [Lei n.º 27/2007](#), de 30 de julho;
- h) [Lei n.º 8/2020](#), de 10 de abril, que procede à primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 10-J/2020](#), de 26 de março, que estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19;
- i) [Lei n.º 9-A/2020](#), de 17 de abril, que estabelece um regime excecional e temporário de processo orçamental na sequência da pandemia da doença COVID-19;
- j) [Lei n.º 10/2020](#), de 18 de abril, que aprova o regime excecional e temporário quanto às formalidades da citação e da notificação postal, no âmbito da pandemia da doença COVID-19;
- k) [Lei n.º 11/2020](#), de 7 de maio, que aprova o regime excecional e transitório para a celebração de acordos de regularização de dívida no âmbito do setor da água e do saneamento de águas residuais;
- l) [Lei n.º 12/2020](#), de 7 de maio, que promove e garante a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à primeira alteração às Leis n.ºs [4-B/2020](#), de 6 de abril, e [6/2020](#), de 10 de abril;
- m) [Lei n.º 13/2020](#), de 7 de maio, que estabelece medidas fiscais, alarga o limite para a concessão de garantias, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e procede à primeira alteração à [Lei n.º 2/2020](#), de 31 de março, Orçamento do Estado para 2020;
- n) [Lei n.º 14/2020](#), de 9 de maio, que procede à terceira alteração à [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19;
- o) [Lei n.º 16/2020](#), de 29 de maio, que altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19, procedendo à quarta alteração à [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, à primeira alteração à [Lei n.º 9/2020](#), de 10 de abril, e à décima segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13 de março;
- p) [Lei n.º 17/2020](#), de 29 de maio, que altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19, procedendo à primeira alteração à [Lei n.º 4-C/2020](#), de 6 de abril;

- q) [Lei n.º 18/2020](#), de 29 de maio, que prorroga os prazos das medidas de apoio às famílias no contexto da atual crise de saúde pública, procedendo à primeira alteração à [Lei n.º 7/2020](#), de 10 de abril, que estabelece regimes excecionais e temporários de resposta à epidemia SARS-CoV-2;
- r) [Lei n.º 19/2020](#), de 29 de maio, que estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 no âmbito cultural e artístico, procedendo à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 10-I/2020](#), de 26 de março;
- s) [Lei n.º 20/2020](#), de 1 de julho, que procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 14-G/2020](#), de 13 de abril, que estabelece as medidas excecionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19;
- t) [Lei n.º 28/2020](#), de 28 de julho, que alarga o prazo para a realização por meios de comunicação à distância das reuniões dos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, procedendo à quinta alteração à [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARSCoV-2 e da doença COVID-19;
- u) [Lei n.º 29/2020](#), de 31 de julho, que estabelece medidas fiscais de apoio às micro, pequenas e médias empresas no quadro da resposta ao novo coronavírus SARS-CoV-2 e à doença COVID-19;
- v) [Lei n.º 31/2020](#), de 11 de agosto, que procede à primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 20/2020](#), de 1 de maio, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19;
- w) [Lei n.º 32/2020](#), de 12 de agosto, que aprova o mecanismo extraordinário de regularização de dívidas por não pagamento de propinas nas instituições de ensino superior públicas;
- x) [Lei n.º 34/2020](#), de 13 de agosto, que aprova um regime de apoio à retoma e dinamização da atividade dos feirantes e empresas de diversões itinerantes;
- y) [Lei n.º 35/2020](#), de 13 de agosto, que altera as regras sobre endividamento das autarquias locais para os anos de 2020 e 2021 e prorroga o prazo do regime excepcional de medidas aplicáveis às autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração às Leis n.ºs [4-B/2020](#), de 6 de abril, e [6/2020](#), de 10 de abril;
- z) [Lei n.º 36/2020](#), de 13 de agosto, que estabelece a suspensão dos prazos de caducidade dos contratos de trabalho dos trabalhadores de instituições de ciência, tecnologia e ensino superior;
- aa) [Lei n.º 38/2020](#), de 18 de agosto, que aprova medidas excecionais e temporárias para salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e estudantes do ensino superior público;
- bb) [Lei n.º 42/2020](#), de 18 de agosto, que procede à primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 19/2020](#), de 30 de abril, que estabelece um regime temporário e excepcional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, no âmbito da pandemia da doença COVID-19;
- cc) [Lei n.º 43/2020](#), de 18 de agosto, que estabelece o regime fiscal temporário das entidades organizadoras da competição UEFA Champions League 2019/2020 Finals e prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado nas transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para o combate à pandemia da doença COVID-19, procedendo à primeira alteração à [Lei n.º 13/2020](#), de 7 de maio;
- dd) [Lei n.º 45/2020](#), de 20 de agosto, que altera o regime excepcional para as situações de mora no pagamento da renda nos contratos de arrendamento não habitacional, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração à [Lei n.º 4-C/2020](#), de 6 de abril;

- ee) [Lei n.º 58-A/2020](#), de 30 de setembro, que alarga o regime extraordinário de proteção dos arrendatários, procedendo à sexta alteração à [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março;
- ff) [Lei n.º 62-A/2020](#), de 27 de outubro, que estabelece a imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos;
- gg) [Lei n.º 75-A/2020](#), de 30 de dezembro, que altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19, alterando a [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, e a [Lei n.º 4-C/2020](#), de 6 de abril;
- hh) [Lei n.º 75-D/2020](#), de 31 de dezembro, que procede à renovação da imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos, prorrogando a vigência da [Lei n.º 62-A/2020](#), de 27 de outubro;
- ii) [Lei n.º 1-A/2021](#), de 13 de janeiro, que alarga até 30 de junho de 2021 o prazo para a realização por meios de comunicação à distância das reuniões dos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, alterando a [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19;
- jj) [Lei n.º 4-B/2021](#), de 1 de fevereiro, que estabelece um regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais decorrente das medidas adotadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19, alterando a [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março;
- kk) [Lei n.º 13-A/2021](#), de 5 de abril, que renova a imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos, prorrogando, pela segunda vez, a vigência da [Lei n.º 62-A/2020](#), de 27 de outubro;
- ll) [Lei n.º 13-B/2021](#), de 5 de abril, que cessa o regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais adotado no âmbito da pandemia da doença COVID-19, alterando a [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março;
- mm) [Lei n.º 15/2021](#), de 7 de abril, que procede à alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 6-E/2021](#), de 15 de janeiro, que estabelece mecanismos de apoio no âmbito do estado de emergência;
- nn) [Lei n.º 16/2021](#), de 7 de abril, que procede à alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 8-B/2021](#), de 22 de janeiro, que estabelece um conjunto de medidas de apoio no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais;
- oo) [Lei n.º 17/2021](#), de 7 de abril, que procede à alteração, por apreciação parlamentar, do [Decreto-Lei n.º 10-A/2021](#), de 2 de fevereiro, que estabelece mecanismos excecionais de gestão de profissionais de saúde para realização de atividade assistencial, no âmbito da pandemia da doença COVID-19;
- pp) [Lei n.º 29/2021](#), de 20 de maio, que procede à suspensão excecional e temporária de contratos de fornecimento de serviços essenciais no contexto da pandemia da doença COVID-19;
- qq) [Lei n.º 31-A/2021](#), de 25 de maio, que permite a realização de exames nacionais de melhoria de nota no ensino secundário e estabelece um processo de inscrição extraordinário, alterando o [Decreto-Lei n.º 10-B/2021](#), de 4 de fevereiro;

- rr) [Lei n.º 33/2021](#), de 28 de maio, que prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado para as transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para combater os efeitos da pandemia da doença COVID-19;
- ss) [Lei n.º 35/2021](#), de 8 junho, que aprova medidas de apoio aos estudantes do ensino superior público e altera a [Lei n.º 38/2020](#), de 18 agosto;
- tt) [Lei n.º 36-A/2021](#), de 14 de junho, que renova a imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos, prorrogando a vigência da [Lei n.º 62-A/2020](#), de 27 de outubro;
- uu) [Lei n.º 50/2021](#), de 30 de julho, que prorroga as moratórias bancárias, alterando o [Decreto-Lei n.º 10-J/2020](#), de 26 de março;
- vv) [Lei n.º 86/2021](#), de 15 de dezembro, que determina a cessação de vigência do regime excepcional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia COVID-19, aprovado pela [Lei n.º 9/2020](#), de 10 de abril;
- ww) [Lei n.º 88/2021](#), de 15 de dezembro, que estabelece o regime transitório de obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos;
- xx) [Lei n.º 91/2021](#), de 17 de dezembro, que prorroga até 30 de junho de 2022 o prazo para a realização por meios de comunicação à distância das reuniões dos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, alterando a [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

### Artigo 3.º Efeitos

- 1 - Quando incida sobre normas cuja vigência já tenha cessado, a determinação expressa de não vigência de atos legislativos efetuada pela presente lei não altera o momento ou os efeitos daquela cessação de vigência.
- 2 - A revogação operada pelo artigo anterior não prejudica a produção de efeitos no futuro de factos ocorridos durante o período de vigência dos respetivos atos legislativos.
- 3 - A revogação da alínea a) do n.º 7 do artigo 6.º-E da [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março:
- a) Determina o início da contagem dos prazos para apresentação à insolvência previstos no artigo 18.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 53/2004](#), de 18 de março;
- b) Exonera as empresas que se apresentem ao processo extraordinário de viabilização de empresas, aprovado pela [Lei n.º 75/2020](#), de 27 de novembro, verificados os respetivos requisitos, do dever de apresentação à insolvência previsto no artigo 18.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.

### Artigo 4.º Produção de efeitos

A revogação das alíneas b) a e) do n.º 7 e do n.º 8 do artigo 6.º-E da [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, produz efeitos 30 dias após a publicação da presente lei.

Artigo 5.º  
**Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 19 de maio de 2023.

O Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva.

Promulgada em 22 de junho de 2023.

Publique-se.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Referendada em 28 de junho de 2023.

O Primeiro-Ministro, António Luís Santos da Costa.